



Gilberto Mendonça Teles é um intelectual que trocou a cena goiana pela nacional, ainda nos anos 60. Cassado pela Revolução de 64, o professor Gilberto, então diretor do legendário Centro de Estudos Brasileiros, da UFG, passou pelo Uruguai, pela França, Espanha, Portugal e EUA, até se estabelecer no Rio de Janeiro, onde ainda hoje é professor da PUC-RJ. É autor de dezenas de livros, publicados no Brasil e no exterior, que reúnem sua obra poética e seu pensamento crítico.

Numa recente visita a Goiânia, no ano passado, para examinar uma tese de doutoramento, o professor Gilberto conversou com o editor da Revista UFG em seu hotel sobre diversos assuntos: a fundação da UFG, o desenvolvimento cultural e intelectual de Goiás, sua obra e seu papel como intelectual de origem goiana de interlocução nacional. E naturalmente também sobre literatura.

GILBERTO MENDONÇA TELES

Qual foi sua participação na fundação da UFG?

Bem, à época da fundação da UFG, eu já era professor na Universidade Católica, já me havia formado em Direito. Coincidentemente, poucos dias antes de receber o convite do prof. Colemar Natal e Silva para participar do quadro de professores da nascente Universidade Federal de Goiás, eu havia recebido um convite para integrar o corpo docente da Universidade de Brasília, que também estava sendo criada. Quem estava por lá na direção do Departamento de Letras era o escritor Cyro dos Anjos e o reitor, o idealizador da universidade, era Darcy Ribeiro, que ainda não se fizera ministro. Recebi, então, um bilhete de Brasília, no qual me convidavam para trabalhar como professor de Literatura Brasileira ou de Língua Portuguesa. Eu já havia, na época, publicado livros de poemas e de crítica, de maneira que meu nome aparecia nos meios intelectuais da nova capital. Imediatamente, aceitei o convite, fui para Brasília, para uma primeira reunião, num sábado, pois na segunda-feira já se iniciariam as aulas. Terminando a reunião, Cyro dos Anjos – muito tímido – virou-se para mim em tom de querer fazer graça e me perguntou:

“Ó goiano, lá em Goiás se estuda literatura?” Eu, muito seriamente, tomei aquilo como ofensa e lhe respondi: “Não estudamos muito bem, não, mas lemos muitas coisas ruins que escrevem por aí; há pouco lemos um livro do senhor por lá. Aproveito a oportunidade para pedir-lhe que exclua meu nome do quadro de docente, não quero mais ser professor aqui.” O curioso na roda do destino é que, uns quinze anos depois, sendo ambos (Cyro dos Anjos e eu) professores na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Departamento de Letras resolveu homenageá-lo nos seus oitenta anos e me designou para saudá-lo, o que fiz com todas as reverências cabíveis.

Retornando a Goiânia, havia para mim uma carta do dr. Colemar Natal e Silva, convidando-me para participar do quadro formador da Faculdade de Letras, cuja criação estava sendo dirigida pelo professor Egídio Turchi, que convocou os primeiros professores. E a primeira reunião que se fez para a faculdade ocorreu ali perto do Café Central, na esquina da Rua 6 com a Anhanguera, no segundo andar. Nós nos reunimos – tenho, aliás, até hoje uma foto da ocasião – e seríamos, então, os primeiros professores, isso em 1961 ou 1962. A faculdade se chamava Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – origens da atual Faculdade de Letras da UFG –, onde eu trabalhei dois anos, e depois tive de me afastar, mas autorizado pelo Conselho Universitário, que me assegurou todos os direitos e vantagens.

Fui nesse meio tempo escolhido para ser o diretor do Centro de Estudos Brasileiros, que o prof. Colemar também havia fundado aqui. Ocorre que ele conheceu, por intermédio de Darcy Ribeiro – que já era ministro –, o professor português Agostinho da Silva, que havia sido o fundador do Centro de Estudos Portugueses da

Universidade de Brasília. Na ocasião, o prof. Colemar o convidou para fazer aqui uma conferência sobre a necessidade de fundar em Goiás um Centro de Estudos Brasileiros. A intenção preliminar era a seguinte: criar um lugar onde se estudasse o Brasil – essa era a filosofia do Agostinho da Silva, que foi levada adiante por Colemar e por mim, que foi o indicado para o estruturar. Fui, a partir dessa estruturação, escolhido para ser o primeiro diretor do centro.

Pode-se dizer que o Centro de Estudos Brasileiros congregava a elite intelectual da região na época?

Acredito que sim. O corpo docente foi de livre indicação minha e do reitor, que logo se lembrou de convidar Bernardo Élis para vice-diretor. Houve, de início, a nomeação de doze professores, sempre da universidade, para comporem o centro. Lembro que havia muitos professores interessados em participar como membros do CEB, e um deles, José Soares de Castro (mais conhecido como *Zuza*) – acredito que tenha chegado a desembargador –, que havia sido também meu colega no curso de Direito e era casado com uma filha de Romeu Pires de Campos Barros, pediu-me para eu arranjar-lhe uma vaga no centro como professor de Língua Portuguesa. Eu, muito sério ao escolher os professores, queria na verdade um que tivesse feito estudos especializados de Língua Portuguesa. E ele não tinha tal requisito, era advogado. Disse a ele, então, que não poderia indicá-lo, pois já havia indicado José Luiz Nunes. Mas fiz a seguinte ressalva: “Você pode pedir ao seu sogro para falar com o Colemar” – o dr. Romeu, de quem o José Soares era genro, era na época era o diretor da Faculdade de Direito, o órgão mais importante da universidade, em termos políticos.

O Colemar acatava por vezes as decisões do Romeu, mas, neste caso, ele, muito coerente comigo, respondeu que, se o diretor já indicara o nome de um professor, não poderia ser indicado o de outra pessoa. Esta era uma grande qualidade do prof. Colemar – a coerência. Enfim, o certo é que o José de Castro não foi indicado como professor e o centro acabou sendo dedurado como lugar de comunistas. Eu não era comunista, mas já havia lá no CEB o Bernardo Élis, que era tido como comunista, embora nunca assumisse publicamente a sua condição de esquerda (só no fim da vida, talvez, quando entrou para a Academia Brasileira de Letras, foi que ele passou a aceitar um pouco a sua ideologia).

De modo que, quando veio a revolução militar, uma das primeiras coisas que fizeram com relação ao CEB foi irem até lá e dizerem para a minha mulher, a Maria – que era na época a bibliotecária: “Viemos buscar estes livros aqui.” Ela então respondeu que não poderiam levá-los assim, sem mandado, mas eles insistiram – iriam levar. Diante disso, ela pediu que me esperassem chegar, eu não demoraria, estava dando aula na Universidade Católica naquele momento. Em virtude dessa resistência em entregar os livros, deram-lhe ordem de prisão e assim ela ficou presa até que eu cheguei e perguntei, como diretor, o que estava ocorrendo. O capitão Coutinho então resolveu soltá-la: “Pode deixar que nos entendemos com ele, a senhora está liberada.” Tomei conhecimento de que eles queriam apreender todos os livros e, imediatamente, disse-lhes: “Esses livros vocês não vão levar porque fui eu que os consegui, pedindo, por meio de uma carta oficial, às editoras do país – Civilização Brasileira, Instituto Nacional do Livro, etc. – que nos enviassem livros, e assim foi feito, enviaram livros importantes para

o estudo do Brasil.” Em resumo, não levaram os livros, mas depois voltaram ao CEB com um mandado e apreenderam tudo. Só não levaram todos os livros porque eu separei, tirei alguns que ainda estão na minha biblioteca, no Rio.

Mas, voltando à pergunta inicial, o CEB congregou o que havia de melhor na intelectualidade goianiense da época. Foi essa a minha contribuição no início da UFG: Além de atuar no CEB como diretor e professor até o AI-1 (1964), que me exonerou da direção, fui também fundador e professor da Faculdade de Letras, até ser aposentado pelo AI-5, em 1969. Com a anistia, retornei a meus cargos, mas já não podia mais ficar por aqui. Na verdade, pelo CEB eu não recebia nada, era professor da universidade à disposição do CEB.

Então o Centro de Estudos Brasileiros era uma unidade da UFG?

Esta é uma pergunta básica e importante: O que eu queria organizar de fato com o apoio do prof. Colemar (o que nunca conseguimos) era dar uma natureza jurídica ao CEB, que chegou a ter representatividade no Conselho Universitário, onde eu atuava como seu diretor. Dessa forma, eu tinha voz ativa e participei também da fundação da Faculdade de Agronomia, da mudança do câmpus e de mais de uma série de coisas. Mas o CEB estava diretamente vinculado à Reitoria e o que desejávamos era que ele fosse uma unidade da UFG, os trâmites até então estavam caminhando para isso. Infelizmente, não conseguimos porque logo veio o AI-1. Nessa época, o Conselho Federal de Educação ficava no Rio de Janeiro. Fui até lá justamente para tratar disso, no dia 29 de março; fiquei lá até o dia 31 e peguei o avião de volta a Goiânia no dia 1º de abril, porque já havia encaminhado os papéis. No avião li no *Jornal do Brasil*: “Funcionários exonerados pelo AI-1.” E meu nome estava no meio dos exonerados. A minha participação no CEB não acabou aí, pois ainda tratei de salvar os alunos matriculados.

Aliás, acabou de sair em Portugal e na França um depoimento meu sobre o Centro de Estudos Brasileiros e a Universidade Federal de Goiás. Como era o centenário de Agostinho da Silva, muitíssimo bem comemorado em Portugal e na França, a Comissão Organizadora me convidou para participar. Fiz uma conferência explicando o que e como era o CEB e sobre a necessidade de um Centro de Estudos de referência para estudar o Brasil. Havia aqui o Centro de Estudos Portugueses de Brasília e o de Goiás, o de Estudos Afro-Orientais da Bahia e um que se fundaria, chamado Centro de Estudos Internacionais, em Porto Alegre. O Centro da Bahia funcionou bem,

mas depois perdeu força; o de Brasília deu no que deu, virou universidade mesmo; o nosso foi fechado, aliás, não foi fechado, apenas não se podia dar aula mais. Nós chegamos a formar uma turma – cujo paraninfo foi Juscelino Kubitschek – e, para que os alunos que estavam matriculados não se perdessem, consegui, com o novo reitor, que eles passassem para os cursos da própria universidade – Geografia, História, Letras. José Mendonça Teles e a esposa eram alunos do CEB e formaram-se em História, por exemplo, porque eu, atuando no Conselho Universitário, os transferei para a Faculdade de História.

E quais eram os cursos que o CEB oferecia?

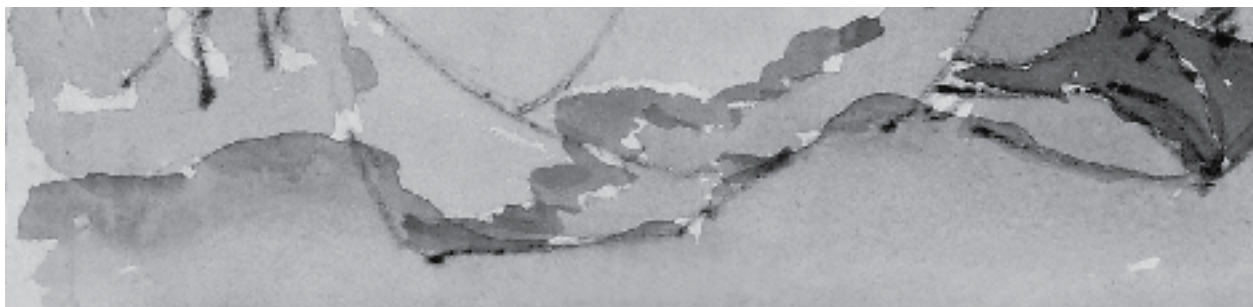
No CEB havia uma cadeira de História do Brasil, naturalmente já com uma perspectiva que se queria nova, inovadora; Geografia do Brasil; Economia do Brasil, com o objetivo de dar ao aluno não uma visão meramente teórica, mas sobre a Economia das regiões do Brasil, do país como um todo; Sociologia do Brasil; Literatura do Brasil, lecionada por mim, enfim, disciplinas que pudessem permitir ao aluno um conhecimento sobre o Brasil. E eu, apesar de muito novo, desejava, na verdade, que houvesse uma nova visão de tudo isso.

O aluno que se formasse no CEB receberia qual titulação?

A de Bacharel em Estudos Brasileiros. Houve duas turmas que se formaram e, dentro do próprio CEB, surgiu um dedo-duro: um aluno, que havia sido reprovado e que tinha contato com os militares, foi dizer que lá se falava de comunismo. Dona Amália Hermano, por exemplo, era professora de História de Goiás e falava em zona rural e outros tópicos proibidos. De modo que este aluno denunciou o CEB. E houve também o fato de o prof. Colemar ter começado a pensar na política, procurando ser ministro da Educação, e, à medida que Brasília passava a exigir dele algumas participações, ele foi deixando de se preocupar com o Centro de Estudos Brasileiros.

Este papel que era destinado ao Centro de Estudos Brasileiros deixou um vácuo? Temos hoje alguma instituição com este perfil?

Dois anos atrás, revendo tudo isso para publicar em duas entrevistas – uma na Universidade de Lille, na França, e outra em Portugal –, pensei o seguinte: o Centro de Estudos teria sido uma grande realização se tivesse crescido tal como foi imaginado. E, visto de hoje, das condições atuais do ensino brasileiro, talvez seja muito certo dizer que está faltando ao país uma entidade integradora dos cursos de Letras, dos cursos



de Ciências Sociais – seria preciso para isso um antropólogo ou um sociólogo, um Ministério da Educação mais avançado, com uma visão especial do Brasil. Isto é uma filosofia de ensino para a qual deveria haver, certamente, espaço no sistema de ensino brasileiro. Hoje os Centros de Estudos – por exemplo, o CEB de São Paulo – não comportam uma visão integradora de pesquisa sobre o Brasil como o CEB de Goiás queria ser. Como ele foi fechado pelos militares, toda a *intelligentsia* goiana, sobretudo da universidade, nunca pensou em aproveitar nada dele. Os reitores, na sua maioria, faziam em Goiás o jogo de Brasília.

Professor, queríamos também falar um pouco de literatura. O senhor tinha a cadeira de Literatura no CEB, e estamos falando na década de 1960. Como se ensinava literatura nessa época?

É preciso, primeiramente, lembrar que, na década de 1960, eu estava iniciando minha carreira aqui em Goiás. Embora já tivesse sido professor no Liceu desde 1953, eu estava ainda aprendendo. A primeira aula de literatura que dei, na Universidade Católica, foi em 1958 e neste momento, até mesmo quando iniciei como professor da Faculdade de Letras da UFG, por volta de 1963, eu era um iniciante ainda, mas um iniciante que tinha contato com bons escritores brasileiros e importantes editoras e livrarias do Rio de Janeiro e de São Paulo, como a Livraria Francesa, por exemplo. Então, quando comecei a lecionar literatura na Faculdade de Letras, posso até dizer que a visão que eu tinha à época era uma visão combatida pelos intelectuais comunistas. Há um poema meu que é dedicado, não explicitamente, mas foi escrito para o José Godoy Garcia, um excelente poeta de Goiás. Este poema está em *A poesia em Goiás*, um livro escrito em 1962, publicado em 1964, no qual está a minha visão do que na época eu sabia, do que eu concebia como



literatura. O sentimento de literatura para mim era então positivista, no sentido de que há um vínculo do produto literário com a terra, com o homem. A Lei de Taíne – de raça, momento histórico e meio – era o que conhecia na época e, ao praticar uma história literária, acreditava por certo nisso, de modo que, quando escrevi *A poesia em Goiás*, um livro de quase 500 páginas, básico para o estudo da literatura daqui, numa época em que estava começando minha carreira docente, eu achava muito elevadas estas ideias. Estudei, primeiramente, a literatura de Goiás e achava importante que meu aluno conhecesse o que se produzia, o que se fazia no Estado. Naturalmente, por influência minha, criou-se no Centro de Estudos Brasileiros a cátedra de Literatura de Goiás; inicialmente, lecionada por mim e, depois, por Antônio Geraldo Ramos Jubé, um homem que depois se tornou promotor, mas é antes um dos grandes poetas nossos, ainda vivo, mas pouco conhecido dos próprios goianos.

Aliás, este sentimento de escritor era tipicamente goiano: o escritor publicava um livro e depois não queria saber de publicar mais. Os escritores Goiás não tinham (e, vai-se ver, ainda não têm) nenhum *projeto* literário, isto de alguém crescer e continuar como literato, como escritor, e o Jubé é deste momento ainda, compartilhava dessa visão. Então, na época do CEB, o que se fazia, o que se pensava com relação à literatura era que o aluno teria de conhecer o que se publicava em Goiás; e, nestes termos, eu pude falar dos nossos escritores do século XVIII, depois dos séculos XIX, XX, e, então, organizei este meu livro, no qual consta esta minha visão de literatura daquela época. Livro que, a meu ver, continua válido nos seus objetivos de catalogar criticamente as obras literárias e vê-las em função de sua *circunstância* goiana. E, também, no sentido do Brasil. A minha visão podia ser

dupla: a que eu tinha e a que tinham os comunistas. Por exemplo, Godoy Garcia, apesar de ter sido o primeiro a me saudar como escritor, escrevendo na *Folha de Goyaz* um artigo sobre mim, passou a me combater, sobretudo depois que comecei a crescer como escritor, dizendo que meus temas tinham de ser temas do povo, conforme queriam os comunistas daquela época. Mas tive a atitude de não aceitar isso e escrever justamente o que eu queria escrever. Há um poema meu chamado “Estímulo”, em versos livres, cujo tema é mais ou menos o seguinte: havia, perto do Mercado Central ali na Rua 6, um bom restaurante de peixes, e eu com minha namorada íamos muito lá. Daí o poema:

Você deve deixar de escrever poema de amor:
Isso não existe mais
Escreva sobre o povo e sua fome.
Guardei o conselho do festivo escritor goiano
e fui jantar com a namorada no restaurante do mercado.
Era a minha primeira lição de metafísica.

Então, a esquerda – representada por Bernardo Élis, Haroldo de Brito Guimarães, José Godoy Garcia, os principais –, todos eles queriam que a literatura fosse de esquerda, embora eu esteja hoje convencido de que eles não tinham a visão correta do que era a teoria marxista com respeito à literatura, porque depois eu a li, estudei tudo isso e vi que o que eles escreviam tinha esta visão, mas sem que ela estivesse consolidada. E a minha, na verdade, era uma visão clássica da literatura: li todos os autores clássicos de Goiás e do Brasil e isto, naturalmente, eu transmitia aos meus alunos. Lembro, por exemplo, uma vez – porque eu andava sempre com uns livros debaixo do braço – em que o José Godoy Garcia me viu com as obras completas do Gonçalves Dias e disse: “Uma estupidez, Gilberto, você lendo isso!” Resultado: li Gonçalves Dias e todos os românticos brasileiros, que ele nunca leu, como relata numa carta que me enviou muito tempo depois ao Rio de Janeiro.

Em resumo, eu estudava o que representava o clássico, o cânone da literatura, e ensinava isso aos meus alunos. Os outros queriam uma literatura engajada, mas eu sabia que o engajamento em literatura não significava falar sobre povo e fome, mas construir uma linguagem adequada ao gênero e à espécie literária que o escritor

escolheu. Comecei a partir daí, lendo os principais autores e os melhores teóricos e, através deles, procurando fazer o meu trabalho de poeta e de crítico.

O sr. falou em cânone. O Brasil está no cânone mundial da literatura?

Acho que sim, através de três escritores. Machado de Assis, que é um escritor respeitado nas línguas em que foi traduzido e cujo centenário de morte se comemora em 2008; sabe-se, por exemplo, dos vários estudiosos estrangeiros que se dedicaram e se dedicam às obras do Machado, entre eles ingleses, franceses, alemães. O outro polo da nossa literatura para o cânone universal é Guimarães Rosa; também em 2008 se comemora o seu centenário de nascimento. Tenho até algumas conferências a fazer em razão destes centenários: duas sobre Machado (uma no exterior) e um curso, além de outra conferência sobre um livro de Guimarães, o *Tutameia*. E, utilizando-me de uma imagem do próprio Guimarães Rosa, como a terceira margem do rio, ao meio, o Carlos Drummond de Andrade. Bastam estes nomes e mais o de Clarice Lispector para termos um senhor cânone literário do Brasil.

E o cânone goiano, ele se impõe na literatura de língua portuguesa?

Não. Morei muito tempo em Portugal – durante cinco anos –, sou membro da Academia de Ciências e Letras de Lisboa, fui professor catedrático por lá. Os portugueses, desde os tempos de Frei Vicente do Salvador, ignoram tudo sobre o centro do Brasil. Tive sempre de explicar que eu não era do Rio de Janeiro, mas de Goiás e que (veja lá!) Goiás estava perto de Brasília. Quando me convidaram para colaborar na enciclopédia *Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, de mais de vinte volumes, aproveitei para escrever um longo verbete sobre a literatura de Goiás. Assim, pelo que vejo neste contato de muitos anos com Portugal, não se sabe quase nada por lá da literatura do Brasil Central.

Num possível cânone goiano eu inseriria o Hugo de Carvalho Ramos em primeiro lugar, com *Tropas e boiadas*; ele é o grande escritor da inclusão de Goiás no cânone literário brasileiro. Mário de Andrade costumava dizer que ler o Hugo de Carvalho Ramos era um dever de todo brasileiro. Logo depois do Carvalho Ramos, eu diria que é o Bernardo Élis, com *Ermos e Gerais*, de 1944; Mário de Andrade, Monteiro Lobato e Guimarães Rosa admiravam a ficção e a importância literária de Bernardo. Só que o Bernardo, como bom goiano, ficou vinte anos

sem publicar outros livros. Eu escrevi umas cinco ou seis vezes sobre Bernardo, muitas vezes a pedido dele; as duas edições de antologia que existem foram feitas por mim, a da José Olympio e a da Global, esta última eu me negara a fazer, porque já havia escrito muito sobre o Bernardo; mas não encontrei alguém que escrevesse sobre ele: pedi a um professor da Federal do Rio de Janeiro – eu trabalhava lá na época –, disse-lhe que havia um pagamento (três mil e poucos cruzeiros, na época), para quem organizasse esta edição, e ele me pediu as obras todas do Bernardo emprestadas; mas acabou me dizendo, mais tarde, que não gostava da literatura do Bernardo Élis. Diante disso, eles lá da editora pediram que eu mesmo fizesse a edição.

Bem, mas voltando ao Bernardo escritor, o que penso é que ele foi suplantado pela presença de Guimarães Rosa, que publicou *Sagarana* em 1947; *Grande Sertão: Veredas* e *Corpo de baile* são de 1956. Bernardo, após vinte anos sem escrever desde *Ermos e Gerais*, escrevendo apenas para revistas e jornais nesse período, em 1964 já estava com um livro pronto, chamado *Caminhos e descaminhos*. O certo é que ele queria modernizar a linguagem, mas não sabia como. Quando se compara o Bernardo de *Caminhos e descaminhos* com aquele de *Ermos e Gerais*, percebe-se que ele deu um salto estilístico, e eu demonstro isso em um dos prefácios sobre a sua obra, que pode ser lido em *Discursos paralelos*, uma reunião de todos os meus prefácios que está saindo pelo Instituto Casa Brasil de Cultura, de Goiânia. Mas, nesse novo aspecto, Bernardo Élis não conseguiu alcançar a direção do Guimarães Rosa, apesar de que iria conseguir grandes resultados com o *Veranico de janeiro* (de 1966), livro que, depois da evolução de *Ermos e Gerais* para *Caminhos e descaminhos*, representa uma síntese desse processo.

Voltando à nossa questão do cânone goiano, eu o constituiria da seguinte maneira: Hugo de Carvalho Ramos, Bernardo Élis e, a seguir, Eli Brasiense (com o seu *Pium*) por causa do seu esforço em construir em Goiás uma identidade literária com o romance. Entraria aí também o Carmo Bernardes, apesar de para mim sua obra ser apenas uma contrafação do Guimarães Rosa. Acho que ele leu Guimarães e, com o seu jeito roceiro, fez aquela literatura, mais descritiva que narrativa, de que não gosto muito, porque a sinto forçada. Não gosto também por causa de algo pessoal que tenho com relação a ele e que envolve um problema de caráter. Na ocasião, quando estava publicando seu primeiro romance – *Jurubatuba* –, ele

ia todos os dias à minha casa me pedir para fazer o prefácio da obra, e eu nessa época, em janeiro de 1965, estava indo para Portugal com uma bolsa de estudos. Acabei fazendo o prefácio, publiquei-o no *Popular* e deixei para ser também publicado na revista da Universidade Federal de Goiás. Neste prefácio, eu dizia que *Jurubatuba* correspondia mais à estrutura de um livro de contos, cada capítulo parecia-se mais com um conto, que ele foi alinhavando e compôs então um romance. Bem, fui para Portugal e, quando voltei, tomei conhecimento de que *Jurubatuba* havia sido publicado como um livro de contos, mas sem o meu prefácio, agora com o de Nelly Alves de Almeida. Eu nunca comentei isso com Nelly porque ela era muito minha amiga, mas o Carmo Bernardes... como ele sabia que eu já tinha sofrido sanções políticas por causa da revolução militar, sentiu que não seria bom publicar o prefácio com meu nome. Isso é o que eu chamo de covardia: ele aproveitou a minha ausência, descartou meu prefácio, chamou a profa. Nelly e eu fiquei chateado por ele não ter me avisado. Podia ter enviado uma carta ou me dito pessoalmente quando retornei em março de 1966.

Mas, voltando novamente à questão do cânone, o Carmo Bernardes poderia ser incluído em razão da linguagem rural, do trabalho dele com a linguagem do campo. Está-se, inclusive, fazendo por estes tempos uma tese sobre ele lá em Portugal, para a qual venho sendo consultado. Agora, com relação à poesia, acho que nosso grande autor – que o próprio goiano não conhece, às vezes lê um e outro poema, mas não vê a beleza que foi a obra de Antônio Félix de Bulhões, contemporâneo de Castro Alves. Ele exerceu também atividade política importante, ajudando na emancipação dos escravos. E o goiano só conhece pela metade o poema “Só”, com aqueles belíssimos versos: “Parei chegando havia ao cimo da montanha... / O sol morria além.” Em um estudo

que acabei de publicar, falo também de Castro Alves em Goiás através deste poeta goiano, com sua influência velada sobre o grande poeta brasileiro. Muitas imagens dos Bulhões estão em um poema de Castro Alves. Há ainda na poesia goiana o livro de um baiano que veio para Goiânia. Qual é, por exemplo, o Estado brasileiro que teve a chance de ter um livro como *Goiânia*, do poeta Manuel Lopes de Carvalho Ramos, o pai do Hugo de Carvalho Ramos? E nem o goiano conhece este livro, feito em Caiapônia e publicado no Porto, em Portugal. Isso nem é levado às escolas. Trata-se de uma obra difícil de ser lida, porque é um poema épico, quase tão extenso como *Os Lusíadas*. É uma pena, pois esse livro goiano tinha de ser estudado continuamente. Outro poeta que deveria ser estudado é o Leo Lynce, sem dúvida alguma, grande e importante poeta goiano. De lá para cá – quer dizer, o Leo Lynce é de fins da década de 1930 –, houve também o José Godoy Garcia, o Afonso Félix de Sousa e, claro, a Cora Coralina, que todo mundo louva, mas ninguém estuda e, quando por acaso o faz, derrapa na maionese... repete o repetido.

E na narrativa, você não incluiria o José J. Veiga?

Como fui me esquecer do José J. Veiga? Claro que eu o incluiria na prosa de ficção! Inclusive, tiraria o Carmo Bernardes e incluiria o Veiga, sem dúvida o mais importante ficcionista goiano ao lado de Bernardo Élis. Aliás, o Bernardo tinha um certo ciúme dele... Tenho uma fotografia em que estamos lá, Afonso Félix de Sousa, Bernardo Élis e José J. Veiga e eu, tirada em um congresso de Brasília e publicada em um de meus livros. Agora, entre os jovens poetas, não vejo grandes nomes. Vejo poetas que publicam doidamente, pensando em entrar para o *Guinness* pelo número de livros publicados... De modo que, se há um cânone goiano, ele deve ser constituído por estes escritores que mencionei, não vejo por agora possibilidade de inserir outros nomes.

E na literatura brasileira contemporânea, é possível falarmos em um cânone, você reconheceria grandes escritores hoje?

Não, são muitos escritores aparecendo e o grande problema é conseguirmos acompanhar o que surge. Por exemplo, chega à minha casa um livro por dia e já não aguento mais, não consigo ler todos. É preciso, primeiro, saber selecioná-los por gosto, por amizade; se é o livro de um amigo, por exemplo, eu guardo, mesmo para ler mais adiante. Lembro que estou enviando livros para uma biblioteca em Bela Vista: creio que já enviei cerca de 10 mil volumes, de livros de poesia, de crítica, de tudo que eu

recebo e de muitos que venho guardando desde o início da formação de minha biblioteca pessoal.

A casa onde está sendo montada a biblioteca é da família?

Não, é o seguinte: tenho em Bela Vista de Goiás uma prima que se casou com um holandês e que mantém contato com os meios culturais da Holanda. Os católicos de lá começaram a investir aqui em propriedades rurais, em pequenos trabalhadores rurais, com vários objetivos, inclusive de lhes ensinar a cultivar melhor a terra. Criou-se a Associação São José, destinada a prestar serviço à sociedade, e é nessa sociedade que está montada a biblioteca, que tende a crescer e contar com livros destinados aos pesquisadores.

Com 10 mil volumes?

Só eu já enviei para lá cerca de 10 mil volumes. Para alojar esses livros é preciso de uma casa maior. O senador Marconi Perillo me prometeu ajudar a adquirir uma casa em Bela Vista, cidade que está apenas a cinquenta e poucos quilômetros de Goiânia. Penso, com o tempo, em transferir para lá toda a minha biblioteca pessoal, que tem mais de 20 mil volumes encadernados, e muito bem selecionados em matéria de literatura, linguística e teoria literária. Não quero que meus livros venham a ficar no Rio de Janeiro, onde há inúmeras bibliotecas. Cheguei a pensar num espaço cultural em Bela Vista, com ligações com as bibliotecas universitárias, como vi em Chicago, quando lá estive como professor. Isto de receber livro de escritor e de editor todo santo dia acaba aborrecendo, pois não há espaço nem tempo para a leitura imediata deles. Faz pouco resolvi o meu problema “psicológico” com os livros escrevendo este poema:

BIBLIOTECA

Durante anos — mais de 60 — foi alimentando a ilusão de uma biblioteca de 30 mil volumes. Ele queria possuir todos os livros de literatura brasileira. Todos os dias entravam livros em sua casa: ele os recebia dos editores e dos jovens escritores e também os comprava, vaidoso. E lia, lia lia, — por atacado e a granel — só pensando em qualquer dia ter Raquel.

Os livros foram ocupando os espaços da casa: salas, quartos, corredores, banheiros, paredes, debaixo da cama, nos armários, na cozinha: num sábado achou uma lombada de pergaminho boiando na feijoada.

E lia, lia, mas já sem muito entusiasmo. Sentia-se menor que os livros até que teve uma ideia genial: — Tenho de ser maior que eles. E começou a classificá-los, a encaixotá-los e a devolvê-los a seus autores.

Morreu feliz, rodeado de ácaros, e espirrando como um bode velho.

Professor, o sr. tem um trabalho consistente, não só como poeta, mas também como crítico literário. Como é a proximidade do crítico com o criador?

Bem, sou crítico e sou poeta. Acho que temos no espírito uma balança que ora pende para o real, e este é para mim o momento da crítica. Pego um livro que alguém me mandou e sou tocado por algo de bom (ou de ruim) neste livro;

quando o ruim predomina, eu nem escrevo, salvo se for obrigado a escrever. De modo que, ao terminar a leitura do livro, estou já com alguns pontos luminosos sobre os quais escrevo criticamente. Mas chega também um momento em que me canso disso e, então, já não sou capaz de escrever crítica. É quando a balança abandona o contato com o real e começa a pender para o lado da fantasia, da emoção. E a poesia é sempre escrita não pela emoção do momento, mas quando eu me lembrar dessa emoção – aqui eu cito a famosa frase do poeta inglês William Wordsworth, que no fim do século XVIII escreve o seguinte: “Poetry is the spontaneous overflow of powerful feelings: it takes its origin from emotion recollected in tranquility” [Poesia é o fluir espontâneo de sentimentos poderosos: ela se origina da emoção relembada na tranquilidade], quer dizer, é a emoção recolhida e lembrada na tranquilidade. Às vezes, experimento, observo determinada situação e, mais tarde, aquilo cresce como emoção e eu aproveito e escrevo. É como acontece com a mulher no seu período fértil: no momento da menstruação, a mulher não pode conceber, só mais tarde, depois de um certo tempo, ela estará apta à ovulação, e há uma ovulação dentro de nós, pelo menos no meu caso, como poeta. E neste momento, que é o da sensibilidade poética, é muito difícil eu conseguir escrever crítica. Mas os dois sentimentos – o de crítico e o de poeta – vêm juntos quando vou organizar os poemas em livro, porque eles não entram no livro na ordem em que os escrevi; para estabelecer esta ordem, que é racional, eu preciso atuar como poeta e também como crítico, como autocrítico dos meus poemas.

Outra coisa importante neste sentido, professor: neste livro *O conto brasileiro em Goiás*, o sr. escreve que se sente muito à vontade para fazer

uma crítica sobre a literatura goiana, uma vez que não está em Goiás. Até que ponto a proximidade do crítico com o objeto analisado pode ser prejudicial?

Quando eu escrevi sobre *A poesia em Goiás*, na verdade, eu estava em Goiás, vivia em Goiânia. O que acontece é que, apesar dos meus trinta anos, eu tive a capacidade crítica do distanciamento, da isenção. Procurei ser neutro. Por exemplo, não inseri entre os escritores goianos pessoas que escreviam seus poemas de vez em quando. Escrevi sobre quem havia publicado livros. Houve um jornalista que nunca me perdoou não tê-lo incluído como poeta. Mas ele era antes jornalista, não era poeta, não havia publicado livros de poesia e, portanto, não merecia ser inserido como poeta goiano. Eu havia tão logo estabelecido o seguinte critério: entraria no meu livro quem havia publicado livros ou então quem os tivesse no prelo, ainda não editados, mas existentes, originais que eu conhecia. Então, acredito que o crítico pode estar longe estando perto, dependendo do critério de isenção, que deve sempre prevalecer no exercício da crítica. *O conto brasileiro em Goiás* eu o escrevi morando em Montevideú. Vim de férias e passei-as na leitura e nos apontamentos dos livros de contos goianos. Quando voltei ao Uruguai foi só escrever, sem a mínima influência de amigos ou de grupos, cuja apreciação é sempre *endocrítica*, isto é, de dentro do próprio grupo — um elogia o outro e o outro elogia o um... É um círculo vicioso feito com muito estardalhaço, capaz até de influenciar os críticos (e “críticas”) sem muita personalidade criadora. A crítica para mim é também criação.

Mas o sr. disse agora há pouco que não gostava do Carmo Bernardes, inclusive por problemas pessoais.

Não, mas não é só por isso, os problemas pessoais foram apenas a gota d’água... Eu não gostava, como crítico, da obra do Carmo Bernardes. Já comentei anteriormente o caso do prefácio que ele me pediu e foi só eu receber o *AI-I* e sair do Brasil (com bolsa de estudos em Portugal), para ele aproveitar as minhas sugestões de que seu livro tinha mais estrutura de conto do que de romance, e publicar o livro, agora de conto, mas sem meu prefácio... Admito que, no plano pessoal, tinha lá também minhas divergências com ele. Um exemplo: ele se fazia passar por homem de esquerda, mas era um aproveitador da situação política; dizia-se de esquerda nas conversas, mas assim que o cerco se foi apertando para



os comunistas, ele sumiu. É disto que eu reclamo no caso do Carmo Bernardes como pessoa. E esta postura acho que era mesmo típica do escritor goiano, porque no Rio, na época da revolução militar, os escritores não se deduravam nem fugiam. Ao contrário, até intelectuais de direita como o Adonias Filho foram à cadeia soltar o Mário da Silva Brito, por exemplo, e outros escritores que foram presos de uma hora para outra. O meu livro *Sociologia goiana* simbolicamente remete a esses acontecimentos de Goiânia, na década de 1960.

Professor, o sr. diz que o Rio é uma cidade... E Goiânia, já é também uma cidade?

Não, do ponto de vista literário, não. Sou apaixonado pela cidade de Goiânia, sempre que posso estou por aqui, pelos poucos amigos, pela culinária, pelas mulheres lindas, por tudo. Mas literariamente existe ainda alguma coisa de provinciano. Há muitas futricas, intrigas. Ontem mesmo alguém me telefonou para dizer que fulano havia dito alguma coisa de mim. As pessoas não têm coragem de falar diretamente, cochicham. Então, eu desconfio de que, do ponto de vista de amadurecimento cultural, Goiânia ainda é uma cidade com sentimento muito ruralista – prevalecendo aquele tal estilo *country* ou, como disse o meu amigo Brasigóis Felício, é uma cidade ainda muito *boiana*.

O Rio talvez seja a única cidade do Brasil que tem luz própria. Pensando numa metáfora, se acabasse o Brasil e restasse somente o Rio, a cidade continuaria sua vida própria, continuaria um centro cultural. Nessa mesma situação, Goiânia talvez não conseguisse ter essa luz própria, está ainda muito ligada às influências de fora.



Certamente. Eu vivo no Rio de Janeiro há quase quarenta anos. Participo de um e outro movimento poético. É impossível você participar de muitos. O tempo do escritor se perde nos lançamentos, nas palestras (dos outros), nos bate-papos. Então é preciso saber selecionar até os contatos. Faz pouco tempo escrevi sobre esse sentimento do goiano não se valorizar, de não valorizar as coisas e as pessoas da terra, mas somente o que está em voga na cultura de massa, na mídia, na televisão. Eu mesmo, que me considero um escritor goiano, embora apareça em dicionários biográficos de escritores do Rio de Janeiro, como escritor carioca, fui convidado para fazer aqui, certa vez, uma conferência, junto com alguns outros escritores de São Paulo e Rio de Janeiro. A mim, possivelmente porque sou goiano, me pagaram pela conferência 2 mil reais e a cada um dos outros, que eram artistas da mídia, pagaram de 5 a 10 mil. E um deles apareceu bêbado e gozando a plateia, tendo sido muito aplaudido. Quer dizer, a própria administração de Goiás incentiva isso. Mas o que eu queria dizer mesmo do Rio é o seguinte: como há vários movimentos intelectuais por lá, eles se ajudam, não se destroem. Em resumo, existem vários grupos que não se matam uns aos outros, mas convivem entre si, se prestigiam, e as suas publicações se intercambiam.

E de onde vem isso, professor?

Talvez do próprio isolamento de Goiás, que ainda não é conhecido totalmente pelo resto do país. No Rio de Janeiro, por exemplo, até hoje as pessoas não têm o hábito de seguir rumo ao interior; quando viajam, seguem sempre para o oceano, e, por isso, chega ao ponto de até confundirem ainda hoje Goiás com o Mato Grosso. O que Higino Rodrigues disse por volta de 1920 é ainda verdadeiro.



Eu fiz troça disso num poema. Aconteceu o seguinte: eu havia saído do Pen Club, de uma reunião, e uma senhora – que sabia bem meu nome e sabia que eu era de Goiás – me perguntou: “Quando você vai para o seu Mato Grosso, Geraldo?” Logo depois, outra, que foi à minha casa me pedir prefácio para um livro de poemas, me diz: “Geraldo, você tem ido muito a Mato Grosso?” Então, o meu poema – “Complexo de Geraldo” – tem lá o seu humor, jogando com uma das etimologias do antropônimo Gilberto:

Se Freud houvesse passado alguma vez pelo Rio de Janeiro, teria dado atenção à cultura do “Complexo de Geraldo”, que ataca de noite, na água choca, a insolação das cari-ocas:

- Geraldo, acabei de ler o seu *Plural*
- Tem ido a Goiás do Mato Grosso, Geraldo?
- Diga, Geraldo, o que você pensa o que diria do *mau* livro, isto é, do *meu* livro de poesias.

Apesar de emendarem os seus lapsos escorregando nas elipses e nos psiús, fico sempre com a impressão meio pagã de que por aqui tenha passado disfarçado ou o Geraldo-sem-Pavor ou o D. Juan. Ou será que meu nome – lança em riste – as apavora para além do chiste? ⚡